

O MUSK QUE O BRASIL NÃO DEIXARIA EXISTIR

Elon Musk fundou a SpaceX em 2002. Vinte e poucos anos depois, a empresa domina o mercado global de lançamentos, leva astronautas à órbita e opera milhares de satélites. Tornou-se uma das companhias mais valiosas do mundo e referência obrigatória em qualquer conversa sobre inovação.

Agora imagine o que aconteceria com um Musk brasileiro. Antes mesmo de desenhar o primeiro foguete, ele já estaria contratando advogado tributarista. O capital para um projeto de dez anos de maturação simplesmente não existe aqui: com juros reais entre os mais altos do planeta, qualquer investidor racional prefere título público a apostar em engenharia. O crédito que sobra é caro, curto e exige garantias que uma empresa de tecnologia nascente não tem como oferecer.

Se mesmo assim o negócio nascesse e desse certo, o sucesso viraria problema. Crescer no Brasil significa atrair fiscalização, autuações e a suspeita permanente de que algo está errado. O empreendedor passa a gastar mais energia se defendendo do próprio país do que competindo com o resto do mundo — um desgaste que nenhum concorrente americano enfrenta. Conhecemos o roteiro: a empresa que prospera vira alvo, e o fundador descobre que seu maior risco operacional fica em Brasília.

Até aqui, o diagnóstico parece o de sempre, repetido em qualquer painel de investimentos: Estado demais, liberdade de menos. Mas a história real da SpaceX conta outra coisa, e é o detalhe que a Faria Lima prefere não mencionar.

Em agosto de 2008, depois de três lançamentos fracassados seguidos, a SpaceX estava a semanas da falência. Quem salvou a empresa não foi um fundo de venture capital iluminado: foi a NASA, com um contrato de US\$ 1,6 bilhão para reabastecer a Estação Espacial Internacional. O primeiro satélite lançado por Musk pertencia à DARPA, agência de pesquisa do Pentágono. O Falcon 9 e a cápsula Dragon foram desenvolvidos em grande parte com dinheiro de encomenda pública. O próprio Musk reconhece que, sem o governo americano, sua empresa teria quebrado antes de decolar.

Os Estados Unidos praticam há décadas aquilo que aqui se aprendeu a chamar de pecado: política industrial. O Pentágono encomenda, a NASA contrata, o Congresso protege o fornecedor nacional. O Estado americano assume o risco junto com o empreendedor nos anos em que os foguetes ainda explodem e colhe depois soberania tecnológica, empregos qualificados e domínio de um setor inteiro.

O contraste com o Brasil é mais incômodo do que a velha queixa contra impostos. Nosso Estado cobra como poucos e compra como nenhum. Pesa sobre quem produz, mas não encomenda, não ancora demanda, não banca o desenvolvimento de nada que envolva risco real.

Temos em Alcântara a base mais bem localizada do planeta para lançamentos, a poucos graus da linha do Equador, e seguimos espectadores da corrida espacial alheia. O Centro de Lançamento existe desde os anos 1980; o que nunca existiu foi um governo disposto a ser cliente da própria engenharia.

O talento nunca foi o gargalo. Engenheiros brasileiros trabalham nas melhores empresas do setor, inclusive na própria SpaceX. O que falta é um país que trate quem assume risco produtivo como ativo a proteger — com um Estado que pare de sufocar quem cresce e comece a encomendar o que ainda não existe. Enquanto a escolha for entre o peso do fisco e a ausência do cliente público, vamos continuar exportando os nossos Musks e assistindo, da arquibancada, aos foguetes dos outros.

- **Capital impossível:** Juros altos, crédito caro e falta de capital paciente tornam inviáveis projetos tecnológicos de maturação longa no Brasil.
- **Estado sufocante:** O empreendedor brasileiro enfrenta fiscalização, autuações e insegurança institucional antes mesmo de competir globalmente.
- **Cliente ausente:** Ao contrário dos EUA, o Estado brasileiro cobra muito, mas não encomenda inovação nem ancora setores estratégicos como o espacial.

